

Pelo fim do FMI e Banco Mundial

Petista promete se solidarizar com os que defendem a extinção dos dois organismos

LAURO CAMPOS

Planejamos três áreas de atuação. A primeira é a internacional. Somos a favor da extinção do Banco Mundial e do FMI. A própria ONU, recentemente, reconheceu que esses dois organismos tem servido unicamente para o empobrecimento mundial. Organizações governamentais de todo o mundo pediram o fim do Banco Mundial e do FMI. Vou me solidarizar com esses movimentos.

Como economia hospedeira, nos próximos anos teremos que enfrentar a tentativa de banqueiros e do capitalismo internacional de promover um acoplamento da economia nacional à do Primeiro Mundo. Hoje, no mundo, temos 820 milhões de desempregados. Os países

centrais querem transferir seus problemas para os países periféricos. Não podemos permitir que o Brasil entre também nesse ritmo.

Nos impõem um modelo em que vendemos sapatos e café e compramos carros de luxo e computadores. É esse modelo que está presente desde os tempos do Plano Cruzado até o Plano Real. Não se trata de nacionalismo, pois não podemos falar em nacionalismo num país onde a indústria automobilística, farmacêutica e tantos outros ramos, estão na mão das multinacionais. Para mim dá no mesmo se estou falando de John ou de João. O que se trata é de preservar nossa capacidade de geração de empregos e de decidir o modelo que nos serve.

No plano nacional, defendo a extinção do BNDES. Esse banco, a exemplo do FMI e do Banco Mundial só tem servido ao empobrecimento do País. No Brasil, os empresários concentram 70% da renda nacional, com um nível baixo de

eficiência. No Japão, por exemplo, que ocupa o outro extremo em termos de competência e qualidade, o empresariado concentra 28%. Temos que atuar vigorosamente para inverter esse modelo concentrador. Temos que enterrar esse modelos de capitalismo selvagem e torná-lo menos predador do ponto de vista social.

A minha terceira área de atuação será a ética. Vou propor a criação de um Conselho de Ética na Política, composto por entidades da sociedade civil como a OAB, a ABI e a CNBB. Os parlamentares coloçariam na mão dessa entidade uma renúncia prévia do mandato. Em caso de falta de decoro, lobismo ou corrupção, o Conselho agiria rapidamente. O mandato do parlamentar, dessa forma, estaria diretamente nas

mãos da sociedade.

Outra luta importante será pela recuperação dos pequenos espaços sociais. Vamos nos opor a todas as iniciativas de tirarem as pequenas conquistas dos trabalhadores da legislação. Os direito da

gestante, os direitos do pai quando do nascimento do filho, e todas essas pequenas conquistas estão sendo ameaçadas.

Vamos atuar na democratização do capital e do poder. Somos favoráveis à criação de conse-

lhos populares para participarem da elaboração e a fiscalização do Orçamento. Essa é a peça fundamental para organização do País e não pode ser feita longe dos olhos e do conhecimento da população.

TEMOS DE
ENFRENTAR O
CAPITALISMO
SELVAGEM

■ Lauro Campos foi eleito senador pelo PT-DF